

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.838 - MG
(2019/0198550-4)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : ERNESTO PASSOS DE ANDRADE
EMBARGANTE : MARIA NUBIA ALVES CRUZ
ADVOGADO : JOÃO ROMUALDO FERNANDES DA SILVA E OUTRO(S) -
MG056522
EMBARGADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M
INTERES. : MAURO LUCIO SASDELLI
ADVOGADO : MAURO LUCIO SASDELLI (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG032199

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC**. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de incidente de suspeição arguido por ERNESTO PASSOS DE ANDRADE e MARIA NÚBIA ALVES CRUZ (ERNESTO e MARIA) em face do Juiz de Direito da 25ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.

Devido ao não reconhecimento da suspeição, o Juízo de primeira instância rejeitou o incidente e determinou a remessa dos autos ao TJMG.

O TJMG, por seu turno, que rejeitou a exceção de suspeição, em acórdão assim ementado:

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - REJEIÇÃO.

Por implicar no afastamento do Juiz de sua atividade, envolvendo matéria de alta relevância, a suspeição deve ser comprovada cabalmente quando de sua arguição.

Não sendo possível aferir que a conduta do Juiz se enquadra em alguns dos incisos, do artigo 135, do CPC/73, o incidente deve ser rejeitado, nos termos do §4º, do artigo 146, do CPC/2015. (e-STJ, fl. 1203)

Os embargos de declaração opostos por ERNESTO e MARIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 1226/1232).

Inconformados, ERNESTO e MARIA interpuseram recurso especial,

com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando, em síntese, dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 135, 165, 332, 333, 420, 458 e 535 do CPC/73 porque (1) o acórdão recorrido não teria apreciado todas as teses submetidas a sua apreciação; (2) o indeferimento da produção de provas teria importado em cerceamento de defesa; e (3) o excepto teria ensinado e indicado ao interessado Mauro Lúcio Sasdelli, que deveria realizar a conversão da execução em perdas e danos, através da liquidação por artigos, alegando ainda que houve quebra de sigilo fiscal e revogados os benefícios da assistência judiciária dos excipientes de ofício (e-STJ, fls. 1235/1267).

O apelo nobre foi inadmitido pelo TJMG porque (1) seria incabível recurso especial para averiguar a violação de dispositivo constitucional; (2) as razões recursais demandariam o revolvimento das provas dos autos; e (3) não teria ficado demonstrado o dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 1278/1282).

Irresignados, ERNESTO e MARIA interpuseram agravo em recurso especial, conhecido para conhecer em parte do apelo nobre e, nessa extensão, negar-lhe provimento, em decisão monocrática assim ementada:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO CONTRA MAGISTRADO. NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283 DO STF. SUSPEIÇÃO NÃO CONFIGURADA. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO. (e-STJ, fl. 1315)

Nos presentes embargos de declaração, ERNESTO e MARIA defenderam que a decisão embargada padeceria do vício de omissão (e-STJ, fls. 1321/1340)

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a contradição ou

obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão.

Já a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal e que, nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso (arts. 1.022 e 489, § 1º, do NCPC).

Nos presentes embargos de declaração, ERNESTO e MARIA esposaram fundamentação desconexa, com alegações que não guardam correlação com os fundamentos adotados pela decisão embargada. É difícil precisar, inclusive, em face de qual decisão dos autos os aclaratórios foram opostos, já que os embargantes ora infirmam os fundamentos da decisão do TJMG que inadmitiu o apelo nobre, ora voltam-se contra o acórdão estadual e, em outros trechos, impugnaram decisão monocrática de minha relatoria.

Além da deficiência de fundamentação que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia, é de se ressaltar que a decisão embargada apreciou de forma clara, lógica e suficiente as matérias submetidas à apreciação, de modo a afastar a caracterização dos vícios elencados no art. 1.022 do NCPC.

Nessas condições, **REJEITO** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator